

COMO CRIAR UMA APM?

1.A direção da escola deverá convidar pais, alunos e professores para uma reunião e informá-los sobre o que é uma APM, seus objetivos e atribuições.

2.Nomeia-se uma comissão constituída de pais, professores e alunos para elaborar um estatuto, tendo como base o estatuto padrão da FEDF.

3.Elabora-se uma ata dessa reunião em um livro de atas da APM (os livros de Ata, Presença e Caixa deverão conter termo de abertura, numeração de folhas e termos de encerramento para registro).

4.A direção apresenta o estatuto em reunião com pais, alunos e professores.

5.Com o estatuto aprovado, serão formadas chapas para eleição da diretoria da APM.

6.Será feita a Ata de Fundação da APM.

7.A legalização da APM se dá com a publicação do estatuto no Diário Oficial (informações no telefone 225-7803).

Jorge Cardoso



Grças à participação da APM, a Escola-Classe da 312 Norte conseguiu criar oficinas de informática, além de aulas de línguas estrangeiras e judô

APMs: FORÇA PARA O ENSINO PÚBLICO

João Luiz Marcondes

Da equipe do **Correio**

Escola pública com laboratório de informática, aula de judô e curso de espanhol. Será possível? Muitas escolas-classe e centros de ensino têm contornado a restrição orçamentária com o auxílio das Associações de Pais e Mestres (APMs). Neste caso, para que seja oferecido o ensino de qualidade — capaz de concorrer com as *blockbusters* particulares — é indispensável a marcação cerrada dos pais.

O funcionário público Louren-

ço Furtado Amaral resolveu entrar nessa, de educador nas horas vagas, quando viu um de seus filhos — e outros 16 colegas — ameaçados de expulsão na escola do Sesi, de Taguatinga. O argumento: indisciplina. O técnico em segurança da Caesb não achou que fosse o suficiente e desafiou a direção da colégio na época. Foi à Regional de Ensino, ao Governo do Distrito Federal e ao Procon para evitar a injustiça. Se envolveu tanto que se tornou presidente da APM, cargo que tem ocupado nos últimos dois anos.

Desde então promoveu uma série de melhoramentos. O prin-

cipal deles foi conscientizar os pais da importância de se pagar a APM (no caso, de R\$ 5,00), já que a contribuição é voluntária. Com uma adesão que beira os 80%, Furtado obteve conquistas importantes. Montou um laboratório de informática e incluiu esta disciplina na grade curricular, contratou professores particulares nos períodos de greve — evitando que alunos perdessem o ano letivo e/ou as férias. “Além disso, conseguimos o afastamento de um professor desinteressado no processo educacional”, comenta Furtado, que é pedagogo de formação.

A APM é um dispositivo legal para que pais e comunidade participem do dia-a-dia da escola pública. “No nosso caso, a interferência dos pais é menor. Ela acontece individualmente, nas reuniões de colégio, principalmente quando o filho tem algum problema”, diz Nair Cagni, gerente administrativa do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF.

Segundo a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), entre as atribuições da APM estão: “Dar oportunidade aos pais e alunos de auxiliarem nos procedimentos burocráti-

cos da escola e na organização de eventos culturais, sociais e esportivos” e “envolver a comunidade na organização de atividades de seu interesse para que os pais se beneficiem da escola”.

A Escola-Classe da 312 Norte conseguiu instituir oficinas de informática, inglês e espanhol, além de aulas de judô no horário extra-aula. Não só alunos frequentam, mas também pais, professores e pessoas da comunidade — mediante pagamento. Entre os estudantes, apenas aqueles que pagam a APM — cerca de 40% que desembolsam R\$ 20,00 mensais — têm direito a fazer os

curios (ao contrário do que ocorre no Sesi de Taguatinga, onde todo mundo é beneficiado). “Nossos custos são muitos altos. Se a Fundação Educacional mandasse os professores seria tudo de graça”, argumenta a diretora Relcytan Caribé, que trabalhou em escolas no Paranoá onde o índice de adesão não chegava a 10%. Além de não fornecer professores, a Fundação manifestou a intenção de fechar os cursos, alegando fins lucrativos no espaço da escola — o que é proibido. Caribé rebate com notas fiscais e palavras: “O lucro, para nosso alunos, é qualitativo”.